



O Brasil visto do avesso: a representação da ditadura militar na trilogia romanesca incompleta de Paulo Francis

Brazil viewed from the inside out: the representation of the Brazilian military dictatorship in Paulo Francis' unfinished novel trilogy

Dossiê: intérpretes do
Brasil

Carlos Eduardo Rebello de
Mendonça¹

ORCID: 0000-0002-4846-9882

E-mail:
carlooseduardorebellomendonca@
gmail.com

Recebido: 18/11/2024
Aprovado: 05/03/2025

Resumo:

Este trabalho trata da obra de ficção do jornalista Paulo Francis (1930-1997) a partir dos seus dois romances publicados em vida: *Cabeça de Papel* (1977) e *Cabeça de Negro* (1979). Busca explicar as razões para sua pouca visibilidade atual, privilegiando a leitura de trabalhos que reflitam o debate contemporâneo sobre a posição histórica de Francis como intelectual de “classe média”; os objetivos do seu projeto de reconstrução ficcional da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985); e o impacto das transformações históricas subsequentes, que determinaram a perda de relevância aparente desta obra, e do próprio Francis como figura pública. Conclui-se que tais perdas foram uma consequência do eclipse do intelectual radical de classe média e da sua pretensão de falar por “toda” a sociedade em função da ascensão política dos sujeitos “subalternos” e do Mundo do Trabalho no ocaso da referida ditadura.

Palavras-chave:

Paulo Francis (1930-1997); Ditadura Militar Brasileira (1964-1985); Romance Histórico; Literatura brasileira do século XX.

Abstract:

This paper busies itself with Brazilian journalist Paulo Francis' (1930-1997) fictional corpus, mostly on the two novels published during his lifetime. We try to explain the reasons for the present demise of his notoriety through a careful reading of contemporary debates about Francis's historical position as a “middle-class” intellectual, his goals when striving at a semi historical reconstruction of the Brazilian military dictatorship (1964-1985) by using fictional tools, as well as the impact of subsequent historical transformations that would result eventually in the fall of both these novels' – as well as Francis's public persona – into near oblivion. We conclude that such oblivion was a consequence of the eclipsing of “middle class” intellectuals and their pretensions at speaking for society in general, caused by the political rise of subaltern subjects and the World of Labor, at the nadir of said military dictatorship.

¹Carlos Eduardo Rebello de Mendonça é graduado em Economia pela UCAM, Mestre em Economia Industrial pelo IE-UFRJ, e Doutor em Sociologia pelo IUPERJ. É membro do GEPH (Grupo de Estudos e Pesquisas do Trotskismo Histórico) dirigido pelo professor Márcio Lauria, da UFF, e, nesta qualidade, tem-se dedicado a elaboração de um comentário temático sobre a obra de Trotsky, que inclui Trotsky diante do Socialismo Real (FGV, 2010), Trotsky e a Europa Ocidental do Entreguerras (Gramma, 2012) e Trotsky e a Revolução Permanente (Garamond, 2014). Tem-se dedicado também a uma pesquisa de Iniciação Científica na UERJ sobre o trabalho de Paulo Francis como colunista político no período pré-1964

Keywords:

Paulo Francis, 1930-1997; Brazilian Military Dictatorship 1964-1985; Historical Novel; Twentieth-Century Brazilian Literature.

1.Introdução: a partir de uma decepção

No seu trabalho clássico sobre o que ele denomina “ilusão biográfica” - a crença na existência do indivíduo como algo dotado ontologicamente de um sentido, uma “trajetória” realizada do nascimento à morte como demanda de um “objetivo” -, Bourdieu chama a atenção para o fato de que, em toda narrativa biográfica assim constituída, existe um pacto subjacente entre o narrador biográfico e seu biografado (ou, no caso de uma autobiografia, entre o narrador e sua audiência): ambos “têm, de alguma maneira, o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência relatada”(Bourdieu, s.d.:2). Pois quem lê uma biografia o faz, idealmente, por querer encontrar nela a realização de um valor, de uma excelência qualquer, associada a um “sujeito”. Daí a decepção a que nos expomos, quando determinadas personalidades, que havíamos no passado tido como portadoras de todo um conjunto de excelências, surgem-nos subitamente como radicalmente desprovidas de todo e qualquer valor.

Para boa parte do público educado da geração de “classe média” que chegou à vida consciente durante a ditadura militar e em rejeição da mesma, lidar hoje com a figura pública de Paulo Francis através do seu legado intelectual implica, em primeiro lugar, em expor-se a um constrangimento diante da mediocridade aparente de quem Bernardo Kucinski já descrevia, em finais da década de 1990, como “gênio que não deu certo”, que “perdeu apostas importantes de realização pessoal” (Kucinski, 1998, p. 88 e 93) - o radical chic e “Árbitro das Elegâncias” dos Anos de Chumbo convertido em bufão neoliberal da Era FHC, notável apenas pelas exposições televisivas de reacionarismo caricato: “um apresentador de televisão que fazia o gênero do analista impiedoso, de pupilas fechadas, a voz arrastada, como se estivesse drogado ou bêbado, emitindo frases [...] em *staccato*, definitivas e cínicas” (Kucinski, 1998,p.93) . Aparições estas tanto mais constrangedoras na medida em que nada apresentavam de radicalmente novo: apenas atualizavam certas características impalatáveis do personagem, presentes desde sempre na sua *persona* pública: notadamente, a grosseria e a completa falta de escrúpulos na escolha de recursos para angariar notoriedade – assim como a cultura de almanaque (Kucinski, 1998, p. 84 e 85).

Como nos lembrará, no entanto, Bourdieu, é inútil querer traçar a biografia de um intelectual apenas como indivíduo, sem considerar as modificações no espaço onde ela se desenrolou (Bourdieu, s.d.: 7). E esta modificação de espaço, no caso específico de Paulo Francis, esteve associada ao fracasso do seu projeto ficcional – a trilogia inconclusa composta pelos romances *Cabeça de Papel* (1977) e *Cabeça de Negro* (1979), com a qual

ele desejava afirmar-se declaradamente como o romancista da classe dominante (os 0,3% da população que “contava” para a ditadura) – e, portanto, o único capaz de representar a sociedade brasileira na sua totalidade (Francis, 2012, p.73). O fracasso de Francis em impor-se ao público como escritor profissional, que o levaria a uma depressão que ele mesmo descreveu como quase suicida (Francis, 1980,p.167), o impulsionaria, a partir da década de 1980, a optar por uma carreira televisiva, ao que Kucinski chama sua “autodestruição” como jornalista e intelectual sério (Kucinski, 1998, p. 91).

Quais, no entanto, teriam sido as causas deste fracasso? Que os romances francianos não tenham deixado uma qualquer marca duradoura na história literária brasileira, é certo; mas não se trata de algo que possa ser explicado apenas, como quer Kucinski, pelo mero fato de serem “mal escritos, traindo a ignorância do idioma, [com] filosofadas no mesmo estilo desatento dos seus textos jornalísticos”(Kucinski, 1998:87) - inclusive porque tal “estilo desatento”, com sua repetição constante de um repertório limitado de referências literárias cultas, que, na sua gratuidade mesma, davam ao leitor que se desejava refinado uma *marca* de distinção cultural (Bourdieu, 1979, p.36), sem, no entanto, obrigá-lo a um esforço maior de compreensão – ter sido, por muito tempo, um dos “encantos” duradouros do texto franciano para o seu público habitual.

Talvez, seguindo Bourdieu, devamos pensar no que havia mudado entrementes no campo intelectual brasileiro, e não em Paulo Francis apenas.

2.O intelectual não-especializado e seu público.

Primeiramente, é necessário pensar que a carreira de Francis, cujo ponto de partida foi o pretenso autodidatismo e a autodeclaração como intelectual, que lhe permitiu encobrir durante toda a vida deficiências de formação, tais como a incapacidade de graduar-se na Faculdade Nacional de Filosofia (Fonseca, 2001, p.41), de certa maneira só fora possível num Brasil no qual uma das características próprias do campo intelectual foi constituir-se, até os anos 1970, na ausência da Universidade enquanto instituição “total”. Como lembrava o contemporâneo mais velho de Francis, Nelson Werneck Sodré, este fraco desenvolvimento da Academia – até o desenvolvimento de um sistema nacional de universidades dotadas de um organograma de graduações e pós-graduações em todos os campos, pela Ditadura Militar - preservava vazios de especialização que eram supridos, quando calhava, pelos intelectuais disponíveis: engenheiros no lugar de geógrafos e economistas, bacharéis em Direito como historiadores e cientistas sociais – e jornalistas como críticos literários e cientistas políticos. Situação tal que criou distorções as mais variadas – a principal sendo a ausência de método, a falta de cuidado na pesquisa das fontes, dos documentos e trabalhos de campo (Sodré,1965, p.196-197). Quando Kucinski fala de um “método Paulo Francis”, que teria por características próprias a generalização abusiva, a falta

de paciência para a hierarquização das ideias e o recurso ao preconceito (Kucinski, 1998:85) ele toma a parte pelo todo, induzido talvez a isto pela sua posição no tempo: Werneck Sodré, nascido em 1911 e escrevendo nos anos 1960, lembra que, no Brasil dos anos 1950, grande parte das reputações intelectuais ainda erguia-se sobre as apreciações positivas de um público pretensamente “educado” que ele descreve como “criaturas dotadas de mera cultura literária, e esta no seu pior sentido, sem outra preocupação que não a de escrever bonito e de alardear uma erudição que estavam longe de possuir” (Sodré, 1965, p.169). O jornalismo ensaístico de Paulo Francis, com o seu recurso constante a pequenas citações literárias – habitualmente as mesmas, incessantemente repetidas – prática que teria sido, talvez, abortada desde cedo numa sociedade dotada de mais recursos acadêmicos (Kucinski, 1998, p.90) – atendia perfeitamente às demandas intelectuais (e sociais) deste público (parcamente) “educado” de não-especialistas, que desejavam ter seu capital cultural próprio, adquirido “na vida mesma” (Veyne, 2005,p.151), reconhecido como distinção, o que permitia a um Francis erguer uma cortina de fumaça sobre suas deficiências pela vilificação da Academia, “esse meio de pobres-diabos que escondem inapetência e covardia diante da vida em erudição estéril, de fichinhas, de citações virgens da menor contribuição pessoal” (Francis, 1980, p.53). Note-se que essas diatribes eram *publicadas* – e por editores, como Ênio Silveira e Jorge Zahar, que nada tinham de medíocres, mas que compartilhavam as insuficiências da época e do meio.

Reconheça-se, também, que Francis teve, ao buscar a consagração intelectual, se não o escrúpulo, pelo menos a racionalidade de buscar realizar tal projeto não como historiador, cientista social ou politólogo – para o que as condições dos anos 1970 já não lhe ofereciam possibilidade –, mas como *romancista*, o que o dispensava da necessidade de demonstrar rigor; bastava-lhe instituir-se como cronista do seu tempo, como autor de um testemunho pessoal que seria, de saída, ao mesmo tempo “fonte e documento” (Veyne, 1983, p..20). Projeto este fracassado, que permitiria a Francis responsabilizar - obscuramente e por elipses - acadêmicos que o teriam atacado para supostamente ganharem notoriedade e os quais ele descreve, com os seus usuais rancores de pequeno-burguês ressentido que “espera que a Nação lhe dê uma propriedade e o proteja tanto do operário como do oficial de justiça” (Trotsky, 1977,p.404), como “ralé pomposa” querendo tomar carona na sua fama para obterem sinecuras pagas com o dinheiro dos contribuintes – e aos quais ele, Francis, havia de qualquer modo dado umas lambadas - “pesadas, não dou lambadas leves” (Francis, 1980, p.168).

3.Francis romancista diante da crítica acadêmica.

O que havia motivado tais fanfarronices? Apenas a publicação, num periódico da UNICAMP, da transcrição de um debate gravado do professor Davi Arrigucci Jr. com

outros professores de Letras sobre *Cabeça de Papel*, que era discutido comparativamente a outros dois trabalhos literários recentes no gênero do romance político, realizados por escritores-jornalistas, nomeadamente José Louzeiro e Antônio Callado – debate este que começava a partir de uma discussão do enredo de Francis. *Cabeça de Papel* é basicamente contado na primeira pessoa (eventualmente na terceira) pelo seu narrador e protagonista, o jornalista e crítico Hugo Mann, que nada mais é do que o *alter ego* literário do Francis das décadas de 1960 e 1970, o jornalista oposicionista e pequeno-burguês obrigado pela perseguição da ditadura a viver de *free lancing*, e enfrascado – principalmente através do alcoolismo e da cocainomania – na vida boêmia do Rio de Janeiro contemporâneo. Mann, no entanto, possui um duplo, seu amigo de infância Paulo Hesse, que antecipa (em termos) o Francis das décadas de 1980 e 1990: outro jornalista originariamente de esquerda, dotado, porém, de origens impecavelmente burguesas e de credenciais acadêmicas obtidas na *Ivy League* estadunidense- ambos atributos que faltaram ao Francis real - aderido à reação depois de 1964 e elevado à proeminência de competente chefe de redação (também uma posição que o Francis real jamais ocupou) de um grande jornal de Direita - “boletim de caserna & caverna” (Francis, s.d., p. 167)- que lembra muito *O Globo* da época – inclusive por seu proprietário, que o narrador – num sestro racista muito usual em Francis - denomina “Noite Ilustrada”, alcunha de um cantor e compositor negro da época (Francis, s.d., p.31), e que é obviamente modelado em Roberto Marinho.

Mann se ressentia do afastamento do amigo e da sua adesão ao esquema empresarial da Ditadura, mas está limitado no acesso à sua intimidade: Hesse casou-se com um Cérbero, a herdeira Sílvia Maria, filha de advogado empresarial importante e bem relacionado. Mann e Hesse, durante anos, travam contato apenas durante encontros sociais fortuitos, em que o fato de ambos estarem sempre drogados e/ou bêbados dificulta uma conversa esclarecedora. Finalmente, Hesse revela ao amigo que sua condição de *raillé* é apenas uma cobertura para o fato de haver sido recrutado na Europa como agente (coronel) do KGB, ao qual passa informações econômicas sensíveis obtidas nas conversas com o sogro – e que são descritas como uma espécie de caça ao tesouro, mistura de El Dorado com Jim das Selvas: “Descobrem rios, no Brasil, *minas de ouro*” (Francis, s.d., p.188)- uma naturalização do imperialismo, convertido de relação social a mero extrativismo (Dorfman & Mattelart, 1991, p.49).

Hesse, assim, desvela-se como um ex-trotskista que colocou suas esperanças no caráter anticapitalista da âncora nuclear soviética, “sem a qual os americanos nos dominariam o tempo de vida do império romano” (Francis, s.d., p.191). Mas esta confissão não tem quaisquer consequências: Hesse não tem tempo de desenvolver sua relação com Mann a partir daí, já que é imediatamente assassinado num acidente de carro forjado pelo residente local da CIA, o CEO estadunidense Jack Ainsworth, que, homossexual, é subsequentemente liquidado por um efebo soviético num outro acidente forjado – com o

que termina o romance, num final que Arrigucci descreve como “mal preparado” e “extremamente abrupto” (Arrigucci, 1979, p.81). Especialmente por este desfecho *ex machina* não produzir qualquer consequência: os agentes dos dois campos da Guerra Fria anulam-se mutuamente – e tudo o mais permanece à margem da História.

De modo geral, a apreciação do professor Arrigucci e colegas foi bastante elogiosa – como fica evidente na sua opinião de que Francis era o único romancista contemporâneo, depois de Clarice Lispector [sic], interessado em “falar coisas importantes no romance” (Arrigucci, 1979, p.81). Apenas, ele não deixa de assinalar o fato de que o enredo do romance de Francis era excepcionalmente frágil, “meio puxado pelos cabelos” - no que foi secundado por seu interlocutor, o professor João Luiz Lafetá, que assinalou que o romance “da” classe dominante que Francis pretendia realizar padecia do fato de estar construído de um ponto de vista exterior a esta classe – o do alter ego de Francis, e do seu descentramento e ressentimento de pequeno-burguês ambicioso e frustrado, acrescenta Arrigucci. E Lafetá completa: o desfecho do romance é falso porque resolve tal descentramento por via de uma fantasia; os centros de decisão do imperialismo e da Guerra Fria são transportados para a varanda do restaurante Antonio’s, no Leblon da época- “e fica uma coisa meio ridícula, totalmente falsa” (cf. Arrigucci, 1979, p. 84-85).

4.O romancista e sua posição histórica.

Em si mesmo, o caráter inverossímil do enredo de Francis não chegaria nem a ser um problema, historicamente falando: como Proust coloca na boca de uma das suas personagens, Balzac não frequentava os salões aristocráticos que descrevia na *Comédia Humana* (Proust, 1988,p.290), e, empiricamente falando, o seu ponto de vista usual era o do restaurante parisiense *Au Rocher de Cancale*, onde os aristocratas só apareciam depois dos espetáculos para compartilhar ostras com as prostitutas (do mesmo modo, talvez, com que Hugo Mann se serve, no romance, do pedaço de um bife tirado do prato da cunhada de Hesse, comentando para si: “O Antonio’s é o que existe de mais próximo no Brasil de democracia. Oligárquica, naturalmente” - Francis, s.d., p.187). E a ascensão social de heróis balzaquianos, tais como Rastignac e Lucien de Rubempré, como descrita pelo velho mestre, é até mais inverossímil que a dos heróis de Paulo Francis.

Só que há a diferença de que Balzac, intelectual pequeno-burguês, falava do ponto de vista de um grupo social em ascensão, da burguesia que se consolidava como classe dominante, do Primeiro Império ao reinado de Luís Filipe; e Paulo Francis era um pequeno-burguês de uma sociedade capitalista periférica, cujos sonhos de preeminência tomavam com muita frequência a forma de um medo abjeto a descer pelo ralo para junto de um povo que ele sempre detestou. No texto de Francis, há um momento em que ele coloca na cabeça do editor assistente de Hesse, ex-militante comunista e nordestino, um

solilóquio que dá conta desta angústia de um arrivista que reflete sobre o que lhe faltou: “‘riqueza’, ou seja [...] uma vida sem ameaça constante de destruição [...] se torna hábito, segunda natureza” (Francis, s.d.: 119). Se Balzac escrevia-com a segurança do arrivista que sabe ter a História do seu lado, era-lhe perfeitamente natural sustentar que o papel da Aristocracia (falida) da França do seu tempo era o de ensinar a Burguesia a segurar os talheres na mesa através dos casamentos de conveniência (Balzac, 1999, p.235) – que é exatamente o que acontece, em Proust, na cena final de *O Tempo Reencontrado*, com as velhas cocottes da *Belle Époque* já convertidas nas duquesas de 1918. Já o alter ego de Francis, numa ditadura já em crise econômica terminal (Paulo, 2022), buscava evitar olhar para o espectro da miséria tentando a todo custo – diz Arrigucci - “querer pertencer a uma coisa que ele sabe que não presta” (Arrigucci, 1979, p.84).

Arrigucci e colegas, em 1979, não problematizam – ou problematizam muito pouco – uma série de questões que, no texto de Francis – então um intelectual ainda tido como de esquerda – chocam profundamente o leitor supostamente educado da década de 2020: *primo*, o racismo posto a serviço do ressentimento social – como quando Hesse descreve rancorosamente o seu empregador “Noite Ilustrada” (ou “Sadat”, presidente negro do Egito contemporâneo) como alguém que “a la Machado de Assis, guardava a mãe crioula [sic] em prisão domiciliar num mocambo no interior do Estado do Rio. O vocabulário da velha continha ‘nhôs, nhôs’, a la Machado de Assis, e, pior, reminiscências vívidas do pelourinho” (Francis, s.d, p.153). *Secundo*, a homofobia potencializada pelo mesmo racismo: o herdeiro do magnata da imprensa, homossexual, é descrito como “uma bicha [sic] feia, mulata [sic], deprimida e rica, excluída a riqueza estaria aos berros [?] na Praça Mauá, chupando o pau de marinheiros [sic], sob cascudos, chutes e insultos, que aceitaria gostosamente” (Francis, s.d., p.183). Homofobia esta, aliás, dirigida a homossexuais efeminados, que se combina organicamente com recorrentes manifestações homoeróticas do narrador Mann - como quando descreve o seu amigo de adolescência Victor, um brigão agressivamente viril que o narrador compara a um felino de andar largo e seguro (Francis, s.d., p.130).

O que nos leva a perceber que, *tertio*, Arrigucci problematiza, muito de leve, a questão da *misoginia* franciana, assinalando, rapidamente, que em *Cabeça de Papel* as mulheres não existem (Arrigucci, 1979, p.83) - ou mais exatamente, só surgem como objetos consagrados ao gozo sádico, como no episódio em que o parafílico Hesse seduz e submete a uma sessão de sadismo a mulher do editor do jornal concorrente, que ele apropria como um botim, suscitando os comentários invejosos de Hugo Mann ao ver a dita mulher do editor na praia: “sabemos que o corpo dela, tostado, pulando em brasa [sic], é um churrasco à procura de um espeto e do destino natural [sic] dos churrascos” (Francis, s.d., p.127) – tudo num tom homoerótico mal disfarçado da excitação mútua entre machos supostamente irmanados na mesma posição “insertiva”.

Mas o principal reparo, em 1979, estava em outro lugar: como lembra no debate o professor Carlos Vogt, o ponto de partida de Francis, o seu “lugar de fala” encerra, desde a origem, um paradoxo: o de uma reivindicação de protagonismo absoluto de pequeno-burguês radicalizado que pretende falar do “centro do poder”, do “umbigo do mundo”, na expressão de Arrigucci – de um Oráculo de Delfos onde tudo é ouvido e sabido – a partir da qual o narrador, diz Vogt, pretende ter “uma verdade na mão [...] que manipula as coisas todas [...] fala pelos personagens, não cede a palavra [...] é o que fala de tudo [...] quer ser Proust [...] quer ser o Roberto Marinho, quer ser todo mundo ao mesmo tempo” (cf. Arrigucci, 1979, p. 89, 92 e 94). Ao mesmo tempo, acrescenta Vogt, trata-se de um narrador que está “perto” das coisas, mas não *nelas* – vê tudo, mas não participa propriamente em nada; “nem no plano da cozinha – nos bares, no Antonio’s etc. - nem no plano da sala. Rússia ou Estados Unidos, ele está fora disso tudo” (cf. Arrigucci, 1979, p. 92).

Precisamente por isso, o projeto franciano cai em falso, diz Lafetá: a pretensão de onisciência do narrador articula-se muito mal com a sua situação, de fato, subalterna – não fora também o fato de estar falando também de uma localização secundária, de uma província do imperialismo. “Em vez de ser uma análise do poder, como ele pretende, acaba sendo uma análise de frustração do poder” (cf. Arrigucci, 1979, p.85). Trata-se de um velho problema do romance brasileiro: o autor, ao emular uma forma narrativa que lhe vem do exterior, esbarra no fato de que a adaptação do enredo pretendido à mediocridade do meio retratado só pode ser feita à custa de forçar, muito para além dos seus limites, tanto a verossimilhança quanto a suspensão do senso crítico dos leitores: Antônio Cândido dizia, a propósito do enredo romântico de *A Moreninha*, que o leitor do romance acabaria por perguntar-se “como é possível pessoas tão chãs se envolverem nos arrancos a que [o autor] as submete” (cf. Schwarz, 2000, p.40). É um pouco o mesmo “mecanismo” que acontece no romance de Francis: uma conversa de bêbados através dos bares da Zona Sul carioca se converte em diálogo de *thriller* com tanta rapidez que o narrador, Mann, diz a Hesse (como recurso para disfarçar a inverossimilhança “ululante” da situação, aliás): “sem essa bicho, tu tá mais de porre do que eu” (Francis, s.d., p.188).

A alternativa existente, no caso, não pareceria muito palatável a pessoas do tipo e da situação de Francis: “abraçar” a mediocridade da situação, escrever sobre pessoas vulgares fazendo coisas vulgares – escolher *Memórias de um Sargento de Milícias* de preferência à *Moreninha*. Ou ter por eixo algo como o capítulo final, “todo de negativas” de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (“Não alcancei a celebridade do emplastro, não fui ministro [...]). É exatamente o que fazem os debatedores do grupo de Arrigucci quando comparam Cabeça de Papel, pelas suas qualidades propriamente descritivas, de “mostrar as entranhas da imprensa brasileira moderna” a *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto (Arrigucci, 1979:91) - a crônica de um jornalista humilde e

e afrodescendente como agente, muito subalterno, das elites da República Velha.

Muito provavelmente foi esta última observação dos críticos que sobredeterminou a reação de Paulo Francis – um ataque sórdido, histérico e desequilibrado, publicado originalmente na *Folha de S. Paulo* - o qual é particularmente bizarro pela sua ausência de qualquer motivo aparente. Bem ou mal, Francis havia escrito uma ficção, podendo dispensar-se de qualquer compromisso com a verossimilhança, e suas escolhas quanto ao tipo de atividade política, nacional ou internacional, em que seus personagens se engajavam, eram coisa apenas sua – assim como a opinião dos críticos, a qual não estava isenta de elogios. No entanto, Francis teve um ataque de fúria que, no seu descolamento aparente de qualquer motivo real, visto *ex post*, lembra o caso contemporâneo das escritoras estadunidenses Mary McCarthy e Lilian Hellman, que, idosas e doentes, iriam à barra dos tribunais durante dez anos em função da opinião de McCarthy sobre o caráter “mentiroso” dos escritos autobiográficos de Hellman e da descrição de suas supostas atividades de militância antifascista (Foer, 2011).

É algo evidente em si mesmo que todo escrito autobiográfico é “mentiroso”; serve às necessidades de produção de um self público, da ideia que o escritor deseja “passar” de si próprio. É a expressão de uma fantasia, no sentido freudiano - História da Revolução Russa e Comentários da Guerra Gálica não menos que os romances de Paulo Francis.

O problema começa quando o autor, que se supõe reconhecer suas fantasias como tal, começa precisamente a pedir o impossível: querer borrar os limites entre fantasia e realidade. No caso de Paulo Francis, tínhamos um caso de alguém que desejava – ou mais exatamente, exigia – que o seu *self* autobiográfico, de protagonista do seu tempo, fosse reconhecido, *a priori*, como *atual*, como algo a ser obrigatoriamente avaliado pelo seu valor “nominal”, “de face”. O que explica a “resposta” de Francis, a qual consistiu em dizer que provincianos “de Viracopos, de onde peguei dois ou três aviões para o Paraíso (qualquer lugar fora de Viracopos)” não teriam como avaliar a intimidade de jornalistas com a Grande Política, já que “passam a vida fazendo fichinhas de Hegel e outras bobagens” e seriam especialmente incapazes de entender o mundo da alta espionagem, que “para eles, é [...] James Bond, ou o que quer que vejam no seu cineminha de bairro”. E que tanta mediocridade intelectual e política dos docentes, era uma vergonha para a Universidade brasileira, que abrigava e pagava “esse tipo de stalinistoide obscurantista [sic]” - a diatribe sendo finalmente concluída com uma ameaça vazia digna da pior imprensa marrom: “se pensam que estou brincando ao dizer que vou apurar de onde vem os fundos destas escolas de ‘literatura’, não perdem por esperar [...] Meu trabalho me custa caro e não é subvencionado pelo estado” (Francis, 2016, p.118-119).

Fica clara, no episódio, além da grosseria de Francis, sua óbvia ignorância, de alguém que reage agressivamente a ser chamado de intelectual que fala “do umbigo do

mundo”, sem lembrar que “umbigo”, (ὀμφαλός) em grego clássico, é equivalente a centro (Francis, 2016, p.116). Mas tal jamais impediu os seus leitores habituais de – assim como Arrigucci e colegas – reconhecê-lo como escritor e intelectual genuíno. Mas se pensarmos nas pesquisas de Gramsci, concluiremos que não há erro aqui, pois, como diz o marxista sardo, o intelectual não se define por qualquer traço de distinção intrínseco, e sim “no conjunto do sistema de relações no qual [suas] atividades [...] se encontram no conjunto geral das relações sociais” (Gramsci, 2001, v.2, p.180). Todos “são” intelectuais – ou podem ser reconhecidos como tal, dependendo das circunstâncias; e numa sociedade ainda pouco desenvolvida, as oportunidades para que um mínimo de cultura geral eleve alguém a esta posição aumentam: “A complexidade da função intelectual nos vários estados pode ser medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização” (Gramsci, 2001, v.2, p. 19). Werneck Sodré, tratando de um enigma similar – o da “Sociologia histórica” onírica e racista de Oliveira Viana, também portador, como Francis, de uma cultura de “singular mistura de leituras desconexas” -, escrevia que, numa sociedade atrasada, a escrita elegante seduz àqueles “que, não podendo ir ao fundo das ideias, por deficiências naturais, deliciavam-se na visão desta polida superficialidade” (Sodré, 1965, p.170).

Houvesse a sociedade brasileira permanecido no grau de desenvolvimento das forças produtivas que tinha em 1979, a condição de intelectual de Paulo Francis não seria posta em questão; apenas, o Brasil mudou. Na vida pública de Francis, houve um momento, logo antes da sua morte, em que pode dizer-se haver soado o dobre a finados da sua condição de intelectual público: quando, em finais de 1996, um seu confrade publicou – provavelmente *ad hoc* - um livro que, exatamente por limitar-se a listar e escarnecer de “seus plágios e infâmias”(Kucinski, 1998, p.93) expondo sua “cultura” como uma antologia de citações disparatadas e deformadas, assetou um golpe definitivo num processo de desmoralização que vinha de longe – e cuja conclusão teve mais a ver com uma mudança no entorno social do que com a produção de desnecessárias provas adicionais. O Árbitro das Elegâncias foi exposto como um Trimalcão. Precisamente por isso, Francis não teria sucessores; os epígonos de extrema direita que se apresentariam depois dele como tais seriam um outro tipo de animal político: intelectuais “de choque”, no sentido stalinista de *udarnost* (do substantivo russo *удáп* – indistintamente “golpe”, “chute” ou “pancada”); seriam técnicos de *fake news* e teorias de conspiração – tarefeiros “orgânicos” e especializados, e não mais intelectuais tradicionais (Gramsci, 2001, v.2, p. 16).

O que ficou de Francis, paradoxalmente, são seus erros e vícios: as suas construções em parataxe (Auerbach, 1987, cap.3, passim), ao estilo metralhadora giratória (PAULO, 2022), que, ao quererem dar opinião sobre tudo, expressam involuntariamente o desespero e temor do autor de ser arremessado ao lixo da História. Mas é aí que ele melhor se revela como intérprete de sua sociedade.

5.O intelectual como demiurgo.

O fato é que a figura de Paulo Francis, historicamente falando, nada tinha de original: o intelectual pequeno-burguês insatisfeito, superficialmente radicalizado politicamente, “jacobino”, foi uma presença constante em toda a história social do Brasil independente – inclusive por ser necessário; como diz Gramsci, toda classe dominante necessita, para suas necessidades ideológicas e burocráticas, recorrer a certos grupos tradicionais de letrados que “produzem” intelectuais (Gramsci, 2001, v.2, p.20), e no Brasil Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos*, descrevia este grupo de “bacharéis” como os membros júniores da classe dominante. Mas foi apenas nas condições políticas muito especiais da “Segunda República” brasileira (1945-1964) que estes intelectuais puderam conceber a si mesmos como *protagonistas* de um processo *sui generis* de Revolução Burguesa, no qual, na terminologia de Werneck Sodr , a “classe média” realizaria uma revolu o antifeudal e anti-imperialista, “empurrando” a burguesia industrial   sua “frente” e ao mesmo tempo “arrastando” as classes populares “atrás” de si.   o processo que o Paulo Hesse de Francis descreve desdenhosamente, *ex post*, como “aquela brincadeira elitista que nunca atingiu a massa, reprimida tolerantemente em futebol, televisão, samba, a MULHER [sic], praia, que obra de arte em opressão   a democracia liberal” (Francis, s.d., p.190). Em Werneck Sodr , que escreve com o mesmo processo em curso (1959), a descri o   diversa:

“O que   novo? Nova   a composi o social que inclui uma Burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que sua oportunidade   agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva [...] ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos [sic] organizemos para a tarefa que nos cabe [sic] realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar [sic] do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico” (Sodré, 1960, p.34-35).

  uma adapta o, às condi es especiais do Brasil dos anos 1960, do programa leninista de *Duas Táticas da Social-democracia na Revolu o Democrática: a intelligentsia* – no sentido russ fono original do termo *интеллигенция*, os intelectuais enquanto *corpor o* – radical (no caso brasileiro, exercendo uma independência absoluta, acima das duas classes polares, no que seria um verdadeiro bonapartismo dos intelectuais) tem a missão de “recolocar” a história no seu curso normal, empurrando a burguesia ao poder enquanto prepara a classe trabalhadora, às suas “costas”, para a revolu o socialista a ocorrer num futuro nebuloso.

Diga-se de passagem que um contemporâneo de Werneck Sodré e Paulo Francis, Guerreiro Ramos, percebeu   época mesmo o caráter problemático deste programa *sui generis* de Revolu o Burguesa, quando assinalou a  lvaro Vieira Pinto que querer fazer do intelectual radical o sujeito da Na o – e desta, como comunidade imaginada, o alfa e o  mega da atividade política progressista – era apenas não entender que “para a classe

operária, a união nacional contra o imperialismo é uma *união com luta de classes*. Somente para o nacionalismo burguês é concebível tal união [...] sem luta de classes” (Ramos, 1963, p. 207). E concluía dizendo que colocar no centro de tudo a “consciência nacional” de Vieira Pinto (ou “o clamor da história” de Werneck Sodrê) era uma construção reacionária – por mais que fosse extremamente lisonjeira para intelectuais que achavam poder fazer tal Revolução do alto de suas cátedras (Ramos, 1963, p.210) - ou do canto de uma redação, ou de um apartamento em Nova York bebendo uísque...

Voltemos a 1979, no entanto. As tantas horas do debate com seus colegas, Arrigucci Jr. estabelece que Francis, no seu romance – assim como Antônio Callado e outros – havia tentado fazer uma representação sumamente idealista do Brasil, já que havia tentado, no mesmo romance, produzir uma *alegoria*, uma representação da totalidade da realidade a partir de um caso particular – o que, para ele, Arrigucci, seria algo extremamente problemático numa ficção que se pretendia realista e de inspiração marxista. Pois uma tal ficção teria de se apoiar na representação objetiva de uma totalidade social – e não no impulso religioso de dar sentido a tudo “de fora”, impulso este que Lukács considerava ser a matéria-prima do alegórico (Arrigucci, 1979, p.97/98).

Francis, como sempre nada interessado em admitir limitações, usou a alusão ao marxista húngaro para abrir a sua caixinha de definições pontas: “o imundo [sic] Lukács, o ídolo desse tipo de vagabundo que arruma emprego [...] com meu imposto de renda [sic] [...] Lukács leva Walter Scott a sério (José de Alencar é melhor)” (Francis 2016, p.118).

Deixando de lado o mistifório: o filósofo e crítico húngaro, de fato, apreciava a obra de Walter Scott – como José de Alencar (*Como e por que sou romancista*) – assim como Balzac, que faz um dos seus personagens elogiar o romancista britânico por “fazer uma história pitoresca [...] pintar os costumes [...] a vida privada, e mostrar o espírito dos tempos, em lugar de narrar tediosamente os fatos conhecidos” (Balzac, 1991, p.241). Tanto Balzac quanto Lukács tinham perfeita consciência das deficiências de Scott (e.g. sua incapacidade de representar as paixões, “talvez imposta pelos costumes hipócritas do seu país” (Balzac, 1991, p.240); apenas, reconheciam nele também o inventor (ou pelo menos, o consolidador) de todo um gênero: o do *romance histórico*.

6. O Romance Histórico e suas possibilidades.

Para Lukács, o romance histórico apoiava-se numa nova experiência de historicidade, criada a partir das guerras revolucionárias francesas e napoleônicas: a da História como *experiência de massa* (Lukács, 1983, p..23), como uma consciência generalizada da *transformação histórica*, da diferença essencial entre passado e presente. O ponto de partida do romance propriamente histórico (e não de uma simples narrativa colocada no passado – que é aliás o lugar do tempo no qual se supõe que toda ficção se desenrole) está exatamente em ressaltar uma caracterização do passado como

fundamentalmente *diferente* do presente, como um “país estrangeiro” – na frase de Hartley, citada por Hobsbawn – onde as coisas são feitas “de modo diverso” (Hobsbawn, 2013, p.323). O passado expressa uma *contradição*; e o romance histórico, no seu desenvolvimento, deve buscar expressar a forma como esta contradição foi *superada*, pelo encontro de um “caminho médio”. Como escreve Lukács, falando dos enredos de Scott: “assim, da luta entre saxões e normandos, surge a nação inglesa [como em *Ivanhoé*, onde o herói saxão se põe ao serviço do rei normando Ricardo I] da mesma forma, a sangrenta Guerra das Duas Rosas deu origem ao ilustre reino da Casa de Tudor”. E, neste processo de superação, o herói de Scott não necessita ser excepcional; ele pode – ou até deve – ser mediano, precisamente porque “sua paixão pessoal e propósito coincidem com um grande movimento histórico, cujas características, positivas tanto quanto negativas, ele concentra em si mesmo” (Lukács, 1983, p. 32 e 38).

Um tal projeto literário, aplicado ao contexto brasileiro, implicava em problemas óbvios, dos que Werneck Sodré via muito presentes em Alencar – o qual, contrariamente ao romancista escocês, só tinha como lidar, na prática, com as contradições da história brasileira contemporânea – e especialmente com a questão da escravidão – ignorando-as: “não seria possível valorizar o trabalho numa sociedade escravocrata [...] em que a diferença estava, justamente, na situação superior dos que não trabalhavam”. Era necessário ao romancista cearense, assim, para introduzir a noção do povo na sua ficção, lançar mão de uma figura imaginária do *índio*, que:

“nada tinha a ver com o trabalho – era uma criatura livre [que] podia figurar excelentemente o conceito de autonomia, mas com uma condição: a de que, continuando [...] índio, estivesse revestido de determinadas qualidades, evidentemente emprestadas, que pertenciam à ética da classe dominante” (Sodré, 1965, p.57).

Em outras palavras: pelos critérios de Lukács, o romance histórico – pelo menos como uma fabulação com alguma relação objetiva com a história real – seria *impossível* no Brasil; ele não teria como representar a totalidade da nação sem falsear a História – especialmente por ser esta nação, de saída, inexistente.

Este seria quase exatamente o mesmo problema de um Paulo Francis, um século depois: como traçar a história total do Brasil da Ditadura Militar – sem nela incluir um Povo sobre o qual o narrador, pequeno-burguês que cresceu atrás dos muros dos colégios de padres (Kucinski, 1998, p.92) pouco ou nada sabe? A solução acaba sendo a de negar que esse povo tenha algo a dizer, que deseje se comunicar, ou que queira participar de qualquer totalidade. O Paulo Hesse de Francis, falando do ascensorista do jornal e seus colegas a seu duplo Hugo Mann, pergunta (ou pergunta-se):

“A que hora você falaria ao ‘Seu’ José? Não há hora vaga, de lazer humanizável. Nós dois, num único dia, cagando e lendo no banheiro, vivemos uma existência cultural maior que a vegetação [sic] inteira do ‘Seu’ José” [...] Meu chofer tem uma toca [sic] no Rio Comprido. Viráramos, você e eu, omelete, se entrássemos lá, agora é *dele*” (Francis, s.d., p.93-94).

Se pensarmos que essas “profundas” considerações foram publicadas apenas um ano antes dos discursos de Lula no Estádio da Vila Euclides, em S. Bernardo, é que se percebe os tesouros de alienação que a mente de Francis abrigava. Apenas, elas nada tem de insólito: uma das características da representação das classes populares na literatura brasileira é o fato de que nela o “pobre” é quase sempre representado fora do mundo do trabalho e convertido em *lumpen*: ou pelo lado positivo de malandro baiano de Jorge Amado, como “imperador das ruas” (*Jubiabá*) ou pelo lado mau do assaltante, assassino e estuprador de Rubem Fonseca (*Feliz Ano Novo*, cujo ponto de partida veremos Francis reciclar num seu romance). Por mais banal que seja repetir a Ideologia Alemã - “o ser social determina a consciência” - o fato é que a ascensão do PT modificou completamente o modo como a sociedade brasileira representava a si mesma – ainda que pela via da denegação.

Retornando aos anos 1970: não se negue a Francis o ter feito um esforço adicional no sentido de produzir um romance que representasse a totalidade da sociedade brasileira naquele momento histórico de fins da Ditadura Militar – o problema é que a sequência de *Cabeça de Papel*, *Cabeça de Negro* (1979) repete uma insuficiência que não é a do autor em si, mas do ponto de vista em que se coloca – o pequeno-burguês radicalizado que deseja interpretar sozinho o clamor da História.

7. Um projeto romanesco e seus impasses.

Cabeça de Negro começa com um salto *ex machina* no tempo e na posição de classe do seu narrador. Pois Hugo Mann foi entrementes enriquecido – “promovido” a membro júnior da burguesia - após a morte de Hesse, tendo sido regamente remunerado por prestar serviços de lobby – com a ajuda de um senador estadunidense, seu amigo – a um membro do *agribusiness* brasileiro enquanto correspondente em Washington. Quando o romance inicia propriamente, Mann foi chamado por sua amiga “colorida”, a socialite Maria, a sair do seu ócio de rentista para abafar junto a seus antigos confrades na imprensa o escândalo do assassinato de um assaltante – o “Cabeça de Negro” do título – morto a golpes de karatê por Maria quando tentava estuprá-la e matá-la. Como já dito, é um começo tirado do clássico do reacionarismo e da demofobia literária brasileira *Feliz Ano Novo* – com a diferença de que, aqui, a inusitada proficiência de Maria em artes marciais acaba levando Mann a descobrir que a amiga havia, no passado, industrializado, juntamente com seu amante, o psicanalista e ex-militante trotskista Joseph Hansen, uma conspiração fracassada para aniquilar o *top brass* burguês da Ditadura, da qual participara a acadêmica de Medicina Renata, que Mann conhecerá por intermédio do seu amigo Álvaro, ex-docente do ISEB retornado do exílio na URSS com a anistia de 1979.

Álvaro – quanto mais não seja porque seu nome já anuncia um insulto infantil de

Francis ao ISEB e ao professor Álvaro Vieira Pinto – é uma figura aparentemente inofensiva, quadro intelectual stalinista mal ajambrado (“Jeans, mocassins sem meias [...] tem um quê de pelo de arame [sic], os olhos saltam, tudo salta [...] os óculos de plástico ordinário e o bigode ‘mexicano’ crescido no desleixo e na desordem” (Francis, 1979, p.40-41) e covarde, que defecou nas calças durante um IPM de 1964, tendo aparentemente como solitária competência habilidades gastronômicas que o capacitam a dar uma aula de culinária ao pessoal de um restaurante fino, ainda que mantendo “o hábito irritante de chamar os garçons de ‘companheiros’” e é, adicionalmente, um homossexual, naturalmente, “receptivo” e enrustido (“Barca da Cantareira”), com queda por ser sodomizado, sob o pseudônimo de “Seu Dagoberto” por marinheiros que o humilham a pedidos (“diz que eu sou um filho da puta [...] uma merda, escumalha da terra” (Francis, 1979, p.38). Diante deste “Dagoberto Escrobunda” (“escumalha” repetida pelo marinheiro e michê, num trocadilho que Francis considera que Valéry e Pound “amariam” (Francis, 1979, p.40) e da aparente apatia circundante, compreende-se que Mann, estacionado na Avenida Vieira Souto, na orla de Ipanema, desespere – via de um acesso de racismo e misoginia - da própria possibilidade da Revolução Brasileira:

“Um grupo de domésticas [sic] repete aos gritinhos o ritual pré-histórico de caça da fêmea [sic] pelo macho enquanto ‘fogem’ de paus de arara [sic] de alguma obra [...] Se demoro, um carro de polícia estacionará [...] indagando do ‘Doutor’ [...] se se sente mal, se precisa de alguma coisa. Me sinto malíssimo e não preciso de nada. Não há nada. Acho que nunca houve nada. Pensávamos que havia” (Francis, 1979, p.39).

Diga-se que, historicamente falando, Francis, como seu *alter ego* romanesco, está em ótima companhia no seu desespero e desânimo: *toutes proportions gardées*, Lukács encontrava contradições desta ordem no Tolstoy de *Guerra e Paz*, que, ao mesmo tempo em que rejeitava os heróis da classe dominante do seu país e tempo, sentia-se igualmente pouco à vontade, como aristocrata que era, diante de quaisquer sinais emergentes de atividade política “de baixo” – seja dos decembristas do passado (sobre os quais planejou um romance que jamais escreveu), seja das massas camponesas do presente – e resolvia particularmente esta contradição “por uma desconfiança passiva de toda ação histórica consciente” (Lukács, 1983, p.87). Só que a roda da História, ainda assim anda, sem se deter diante de intelectuais melancólicos e cínicos prostrados diante do calçadão da Vieira Souto ou das pontes do Neva.

As contradições da sociedade burguesa sendo o que são, no capitalismo atrasado elas estão tensionadas a um tal grau que frequentemente parecem, ao intelectual que as contempla, serem incapazes de resolução: a civilização aparentemente não tem como lançar raízes no solo da barbárie. Em 1975, Francis já havia escrito uma orelha a um romance de Carlos Heitor Cony em que dizia ser o subdesenvolvimento um “vácuo social” onde só tinham consistência as manifestações mais cruas de poder (Francis, 1975). Na literatura do próprio Francis, esta melancolia diante da História se resolve sob a forma do que um russo do Século de Ouro, lembrando de Goncharov, chamaria

“oblomovismo”, o desejo de fugir da mesma História virando-lhe as costas – no caso, um oblomovismo brasileiro, tropicalizado, em que a obscenidade e a molecagem entram como expressão da cor local – e das peculiaridades do autor. Quando Mann joga na cara de Álvaro o estar num sanatório da Crimeia enquanto um sindicalista seu discípulo e amante (“o exibia como os playboys as boas do brejo” [sic]) tinha aberto sobre o corpo “um Túnel do Pasmado no DOI-CODI”, “Dagoberto” começa a chorar convulsivamente e Mann reflete que a cena repulsiva não lhe permite sequer expressar simpatias platônicas: “Há gente que se cobriria de ridículo crucificada” (Francis, 1979, P.46-47).

Um crítico ligado ao PCB, à época da publicação do romance, ficou incomodado pela homossexualidade de “Dagoberto” (não pela sua descrição caricata e homofóbica) e advertiu Francis da necessidade de “situar com clareza o nível *caricatural e não essencial* que esta situação possuía e possui [sic]” (Weigert, 1980:130). Francis respondeu com os usuais deboches – sobre os pruridos moralistas pequenos-burgueses do stalinismo e o fato de Álvaro ser apenas “o tipo do intelectual ‘saco de vento’ que passa por marxista no Brasil. Um parente não muito distante, pelo que posso julgar, [do crítico]” (Francis, 1980a, p.146). Álvaro, de qualquer modo, é mais do que isso no romance: é de fato um agente duplo, que recebeu expressamente de um coronel soviético, num porão da sede do KGB na Praça Lubianka, a missão de rastrear ex-militantes “desviacionistas” da luta armada no Brasil e entregá-los à repressão (no caso, a Maneco, o marido de Maria, um antigo financiador da OBAN) em troca de informações úteis à espionagem soviética (Maneco, somos informados ao final do romance, “substituiu Hesse a dinheiro” - FRANCIS, 1979, p.196). Considerações antissoviéticas e “trotskistas” (o “trotskismo” de Paulo Francis tendo mais a ver com o radicalismo pequeno-burguês da *Partisan Review* novaiorquina do que com o “Velho”) a parte, a intriga de *Cabeça de Negro*, tão inverossímil que seja quanto a de *Cabeça de Papel*, pode ser resumida, quanto ao sentido, à ideia de que na sociedade brasileira, periferia absoluta do capitalismo, qualquer protagonismo efetivo de qualquer sujeito é impossível, e todos os presumidos sujeitos de classe – os da reação como os da revolução – estão condenados a uma existência alienada e ontologicamente corrompida, descrita com os tons de um pastiche do Nelson Rodrigues mais tardio (Maria pratica incesto abertamente com o seu filho bissexual Pedrinho, o Dr. Joseph Hansen é um charlatão e manipulador, etc.). Acresce a isso o sestro pessoal de Francis, via Hugo Mann de apresentar-se sempre do ponto de vista do protagonista ativo, penetrador impenetrável, que compara o Ministro da Fazenda (um compósito de Delfim Neto com outros tzares econômicos da Ditadura, denominado “Eduardo, a Gorda”) que se entrega à sodomia cantando *Tico-tico no fubá*, ao perverso (e possível transgênero) imperador romano do século III, Heliogábalos.... (Francis, 1979, p.171).

Não obstante...Hugo e Álvaro arranjam um jantar com Renata e sua irmã Denise, e Renata encontra-se de saída rendida aos encantos intelectuais de Mann - assim

como a viúva de Paulo Hesse, Sílvia Maria, e sua irmã Maria Amélia, que aparecem no romance circunstancialmente, tentando recuperar o protagonista à respeitabilidade burguesa; pois, como o Dr. Jivago de Pasternak, descrito por Isaac Deutscher, Mann é intelectualmente irresistível: “todos (ou “todes”, diríamos hoje: o filho de Maria expressa também o desejo de deixar que Mann o “coma”, sem atrapalhar sua pose – Francis, 1979:143) se acham apaixonados por [ele], adoram-no, aprovam suas ideias, ecoam suas profundas reflexões”(Deutscher, 1968, p.307) - ainda que em ambos os textos os personagens, objetivamente, só emitam julgamentos bem questionáveis, que ficam nas aparências. A única diferença é que Paulo Francis, brasileiro, explicita mais do que o escritor russo a forma desta admiração: diante de Mann, todas as personagens femininas estão dispostas a abrir-lhe a braguilha “em êxtase ideológico” (Francis, 1979, p.42) – e Renata leva esta admiração ao ponto de levantar a saia para ele na primeira oportunidade.

A paulista Renata- como todos os personagens femininos de Francis – é intelectual e psicologicamente limitada, e, ingênua que é, está no Rio para buscar alguma espécie de compensação de Maria e Hansen pela sua tortura e estupro na OBAN, tanto como pela morte dos seus companheiros na conspirata fracassada (naturalmente, delatada à repressão por Maneco, à revelia da igualmente limitada Maria). Hugo Mann, docemente constrangido diante desta bela e jovem amante ocasional (ainda por cima treinada como atiradora de elite na Líbia...para fuzilar Hesse), leva-a *post coitum* a um restaurante fino e, apesar de sabê-la condenada de antemão, chega a pôr um pouco de lado a sua misoginia usual e desejar “não deixá-la jamais longe de mim [...] me descubro capaz de render-me ainda à emoção [...] é aquele sentimento que tocou e marcou tanto santos como revolucionários, de que estamos uns nos outros”(Francis, 1979, p.112). De certa forma (mais uma vez, com respeito às proporções) Francis chega perto daquela elegia de Propércio (II, 15) – que ele certamente conhecia através da tradução de Pound, traduzida ao português por sua vez pelo seu velho amigo Mário Faustino – em que o poeta busca fugir do tempo e da morte pelo amor (cf. Mattus, 2017, p.105) - e conclui (aí num trecho não traduzido por Pound/Faustino) que quem muito faz o amor não é talvez um bom cidadão – mas, pelo menos, não fará as guerras civis (Veyne, 1983a, p. 170-175). Francis poderia ter chegado a conclusões similares às do poeta romano: o pequeno-burguês radicalizado que gosta de mulher, pelo menos não cairá na armadilha de querer fazer política pela via do terrorismo individual (Weigert, 1980:141/142). Ou ainda mais: na elegia em apreço, a guerra dos sexos é uma contradição que se resolveria em nível mais elevado; uma simples noite de amor poderia fazer de alguém um deus – *nocte una quivis vel deus esse potest*.

Admitamos que, de divino, *Cabeça de Negro* só possui, aparentemente, a usual ignorância do autor, que aqui chega a estarrecer: como no caso da biografia que ele cria para o médico de Sílvia Maria, o arrivista reacionário Dr. Cruz, que teve seus estudos

Admitamos que, de divino, *Cabeça de Negro* só possui, aparentemente, a usual ignorância do autor, que aqui chega a estarrecer: como no caso da biografia que ele cria para o médico de Silvia Maria, o arrivista reacionário Dr. Cruz, que teve seus estudos financiados pelos royalties da mineração do manganês descoberto na gleba nordestina do pai sitiante... (Francis, 1979, p. 35). Apenas, no Brasil a propriedade do subsolo é separada da do solo desde 1934, e é impressionante que alguém que se envolvera nas lutas políticas do governo Goulart – onde a questão da propriedade estatal dos recursos minerários era parte central da agenda progressista - ignorasse tal coisa. Mas a verdadeira cultura de Francis era a *audácia*, sua capacidade de saltar sobre limites que deteriam os tímidos – como quando ele arranja um meio de fazer seu *alter ego* ser equiparado, por Álvaro...a Trotsky (Francis, 1979, p. 44)! Se encontrou tantos seguidores, é porque esta audácia respondia aos interesses de uma pequeno-burguesia até então mantida à margem da História e que desejava assumir um protagonismo reformista que lhe era autorizado, principalmente, pela condição politicamente amorfa dos “de baixo”. Mas tal protagonismo de “suplência” não teve como se sustentar quando, a partir dos anos 1970, os subalternos (o proletariado, mas também toda sorte de sujeitos identitários nas suas “bordas”) fossem despertados para a agência política pelo processo de desenvolvimento mesmo. A pequeno-burguesia radicalizada, para continuar a exercer um qualquer papel progressista, *vel deus esse*, teria de abrir-se à alteridade.

Admitindo-se o caráter histórico dos romances de Paulo Francis, teríamos aqui em germe um final alternativo de *Cabeça de Negro*, que poderia terminar numa reconciliação generalizada de romance oitocentista, no modelo de Guerra e Paz: Mann salvaria Renata, denunciaria as maquinacões de Maneco, Álvaro (e do KGB?), e de alguma forma reconciliar-se-ia com o Brasil, a Mulher e o Povo. Algo que poderia ser expresso, por exemplo, num epílogo em que Mann assistiria a um discurso de Lula na Vila Euclides, ao lado de uma Renata em estado adiantado de gravidez, citando mentalmente um poema de Whitman, Yeats ou Auden. Seria um final quietista, porém esperançoso. Mas aí não seria mais um romance do século XX – e nem um romance de Paulo Francis, claro.

Francis não consegue fazer seus protagonistas gostarem de mulher (a não ser sob a forma da competição entre homens – como no fim do romance, em que Mann descobre que seduziu alcoolizado a mulher do economista e tecnocrata modelo a quem ele detesta) ou do povo – com a consequência de não saber o que fazer com nenhum dos dois no romance. Renata é induzida ao suicídio por Maneco e Álvaro, e Mann (ainda que Maneco morra assassinado, num homicídio cuja autoria fica imprecisa – cf. Francis, 1980a, p.148) termina o romance defrontado ao espectro do “Cabeça de Negro” que ele havia antes evocado a Álvaro: “Os polos do imperialismo criaram no meio um abismo, em que habitam hordas primitivas, bestializadas pela fome, cuja única arma é parir

novos bestializados, animais [sic] [...] O negão [sic] que tentou matar Maria ontem [...] é o homem do futuro [...] Promoverá o fim da civilização que conhecemos e uma nova idade das trevas” (Francis, 1979, p.45).

8.Conclusão: de uma profecia, da persistência no erro, e seus USOS.

No meio de tantos dislates, no entanto, surge uma “profecia”: neste romance publicado no ano da Revolução Iraniana, e contemporâneo quase exato do *Orientalismo* de Edward Said -autor que Francis conhecia (Francis, 2016, p.122) - o romancista foi capaz de intuir o caráter da intrusão dos subalternos – econômica, política e cultural; um caso do que Althusser denominaria sobredeterminação (Althusser, 1996, Cap. III) – na luta de classes nacional e internacional. Maria e Renata treinam para sua conspirata no Oriente Médio, que Renata descreve como “único foco revolucionário produtivo, porque escorado em massa de milhões” (Francis, 1979, p.104). Temos aqui algo inequivocamente correto e, para 1979, ousado. Tivesse o romance seguido por aí, o produto seria pelo menos um *thriller* político decente, igual, ou mesmo superior, aos de John Le Carré. Mas para conseguir tal coisa, Francis teria que consentir em fazer o subalterno, na formulação de Spivak, “falar” (Spivak, 2010). Ele não está à altura desta tarefa; prefere refugiar-se no nojo e na condescendência. Um último exemplo: em *Cabeça de Negro*, quando a mulher do economista – ela também economista – durante um *open house* no apartamento de Maneco, indaga-se sobre a possibilidade de “ir ao povo” -isto é, ao ABCD – Mann responde: “É, o Lula parece fora do esquadro das oligarquias de direita e esquerda que dominam essa joça desde o ‘pai dos pobres’ [...] Agora, ele te ouviria? Não, te tiraria do ar, na hora. Conhece o seu lugar [sic]” (Francis, 1979, p.153-154).

Só esta frase me parece por sérios limites a uma leitura positiva da capacidade analítica de Francis nestes romances (e.g. a de Lanius,2012). Se há uma consistência em Paulo Francis, é uma consistência no erro, na sua incapacidade de prever, seja o protagonismo político dos povos coloniais, seja o do PT – e nas suas igualmente consistentes misoginia e homofobia. E tal consistência de certa forma o fez prever o destino- da sua própria classe. Morto em 1997 como reacionário raivoso, porém tradicional, conservador e PSDBista “histórico”, Francis viraria na morte algo como o cadáver de Aquiles, cujas armas são reivindicadas pelos seus sucessores supostos – no caso a mouvance da extrema direita do Brasil de hoje, da qual Paulo Francis, ateu convicto e pequeno-burguês superficialmente refinado, jamais conseguiria se aproximar, mesmo que o quisesse. Mas ele seria suficientemente inteligente para, talvez, pelo menos, perceber – até confessar – o aparente paradoxo que era o de que sua própria classe, a pequeno-burguesia, ter-se convertido, a força de rejeitar a totalidade, ela mesma no “Cabeça de Negro” que a assombrava.

Já em 1980, um outro crítico dizia, de forma polida, que o nível de informação de Francis era tão limitado que, mesmo quando ele pretendia ser intelectualmente aplicado, o máximo que conseguia era “redescobrir” o que vários intelectuais já haviam descoberto e estudado exaustivamente (Frebot, 1980, p.160). É preciso fazer uma nota exasperada: não há como evadir-se do fato de que a literatura político-histórica de Paulo Francis é a produção de alguém formado intelectualmente “pela rama”, e que seu valor como descrição da História brasileira moderna é quase o de um texto hipotético sobre as lutas de classe em Westeros ou na Terra Média; é uma reconstituição de um país que jamais existiu – ou, mais exatamente, das ruínas de um país imaginado que deu errado (Paulo, 2022).

Mesmo assim, essas ficções foram *publicadas* e seu valor reside, talvez, não “do” que falam, mas “como” falam: são expressões do sonho de uma classe de modernizar o Brasil sozinha, “ser” a Totalidade, a “Comunidade Imaginada”. Precisamente por isso, teremos de terminar com o jovem Hegel, citado pelo “imundo” Lukács: “O que não mais pode ser compreendido não é mais” (cf. Lukács, 2018, p.410) - Paulo Francis, hoje, é praticamente incompreensível – a não ser que seja lido “pelo avesso”, caso em que poderemos, talvez ver nele um competente cronista – do nosso desenvolvimento desigual e combinado, do qual ele mesmo é parte.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: La Découverte, 1996.
- ARRIGUCCI Jr., Davi. *Achados e Perdidos – Ensaios de Crítica*. S. Paulo: Polis, 1979.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BALZAC, Honoré de. *Illusions Perdues*. Paris: Pocket, 1991.
- BALZAC, *Le Cabinet des Antiques*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. Disponível em Microsoft Word - BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica.docx (usp.br). Acesso em 09/12/2022.
- DEUTSCHER, Isaac. *Ironias da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- DORFMAN, A. & MATTELART, A. *How to read Donald Duck. Imperialist ideology in the Disney comic*. Nova York: International General, 1991.
- FOER, Franklin. *The Libelous Truth*. The New Republic, 13/07/2011. Lillian Hellman vs. Mary McCarthy: Did Their Dispute Foreshadow the Rise of Today's Cable TV Dreck? | The New Republic Acesso em 17/12/2022.

FONSECA, Alexandre Torres. *Paulo Francis, Do Teatro À Política: “Perdoa-me por me traíres”*. Dissertação de Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2001.

FRANCIS, Paulo. Orelha a CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a Travessia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

FRANCIS, Paulo. *Cabeça de Negro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

FRANCIS, Paulo. *O Afeto que se encerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FRANCIS, Paulo. *Paulo Francis responde [A Sergio Weigert]* Encontros com a Civilização Brasileira, 25 (julho 1980) [1980a].

FRANCIS, Paulo. *Diário da Corte*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FRANCIS, Paulo. *A Segunda mais antiga profissão do mundo*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

FRANCIS, Paulo. *Cabeça de Papel*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

FREBOT, Luiz Izrael. *Proposição e Redução do Romance Político Brasileiro da Década de 70: Cabeça de Papel, de Paulo Francis*. Encontros com a Civilização Brasileira, 25 (julho 1980).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

LANIUS, Eduardo de Oliveira. *O profeta desacreditado: uma leitura do projeto ficcional de Paulo Francis*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2012.

LUKÁCS, György. *The Historical Novel*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

LUKÁCS, György. *O Jovem Hegel e os Problemas da Sociedade Capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTUS, Jessica Romanim. *As homenagens de Pound e Faustino a Sextus Propertius: tradição clássica e tradução criativa*. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários UNESP, 2017.

PAULO, Eloésio. *Indicado somente para maiores de 40: “Cabeça de Papel” de Paulo Francis*. UNIFAL-MG, 16/02/2022. [“Indicado somente para maiores de 40”, por Eloésio Paulo sobre o livro “Cabeça de Papel” de Paulo Francis – Universidade Federal de Alfenas \(unifal-mg.edu.br\)](#). Acesso em 16/02/2023.

PROUST, Marcel. *A l’ombre des jeunes filles en fleurs*. Paris: Folio/Gallimard, 1988.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: editora 34, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

SCHWARZ, Roberto. *A Ideologia do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno falar?* Belo Horizonte: ed. UFMG, 2010.

TROTSKY, Leon. *The Struggle against Fascism in Germany*. Nova York: Pathfinder Press, 1977.

VEYNE, Paul. *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes?* Paris: Seuil, 1983.

VEYNE, Paul. *L'Élégie Érotique Romaine*. Paris: Seuil, 1983a.

VEYNE, Paul. *L'Empire Gréco-Romain*. Paris: Seuil, 2005.

WEIGERT, Sergio. Paulo Francis: irreverência e conciliação. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 25 (julho 1980)